



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL

Lei Ordinária Nº4423/2025

Institui o Programa Auxiliar Voluntário – Educação Inclusiva no Município de Rosário do Sul/RS, e dá outras providências.

Excelentíssimo Senhor **MARCOS PAULO SILVA DA LUZ**, Prefeito Municipal, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Auxiliar Voluntário – Educação Inclusiva no Município de Rosário do Sul/RS, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de promover a inclusão e a assistência à estudantes com deficiência ou identificados com Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no contexto escolar, por meio da seleção de auxiliares voluntários para atuar na Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Art. 2º - São objetivos do Programa Auxiliar Voluntário – Educação Inclusiva.

I -promover a acessibilidade e a inclusão dos estudantes com deficiência ou identificados com Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no ambiente escolar, garantindo suporte adequado para a sua participação ativa nas atividades educacionais;

II -oferecer aos estudantes com deficiência ou identificados com Transtorno do Espectro Autista - TEA que necessitem de auxílio na higiene, alimentação, locomoção, comunicação, cuidados pessoais e na realização das atividades escolares;

III -dar assistência às questões de mobilidade nos diferentes espaços educativos, como transferência da cadeira de rodas para outro mobiliário e/ou espaços e cuidados quanto ao posicionamento adequado as condições do estudante, ou outra necessidade de mobilidade;

IV -garantir o apoio necessário para a higiene pessoal, auxiliando os estudantes, sempre com respeito a sua dignidade e incentivando a autonomia;

V -incentivar e auxiliar na alimentação, garantindo suporte durante as refeições, conforme as necessidades individuais;

VI -acompanhar e comunicar alterações comportamentais, comunicando à equipe escolar quaisquer mudanças significativas no comportamento do estudante para que possa ser observadas e tratadas adequadamente;

VII -acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas do estudante com deficiência ou identificados com Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no contexto escolar durante a permanência na escola, bem como atuar em todas as atividades escolares necessárias.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL

Art. 3º - São requisitos mínimos para ingresso no Programa Auxiliar Voluntário – Educação Inclusiva:

I -ser maior de 18 (dezoito) anos completos;

II -ter Ensino Médio completo em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.

Art. 4º - O serviço de auxiliar voluntário, objeto da presente Lei, bem como, suas atividades decorrentes, será exercido em caráter voluntário e sua realização não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, na forma da Lei Nacional nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 5º - O auxiliar voluntário fará jus a uma bolsa-auxílio mensal, para cobrir despesas com alimentação, transporte e demais despesas realizadas no desempenho do serviço/atividade voluntário, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) para os auxiliares voluntários selecionados, para exercer atividades no Programa, com carga horária de 04 (quatro) horas diárias e de 20 (vinte) horas semanais, devendo ser cumprida na integralidade, nestas condições (04 h diárias – 20h semanais);

§1º - O valor da bolsa não constitui prestação pecuniária de natureza salarial ou alimentar, mas de doação civil a título indenizatório.

§2º - O número total de bolsas-auxílio mensal concedidas no âmbito do Programa Auxiliar Voluntário – Educação Inclusiva, bem como o número de auxiliares voluntários inclusos no Programa, será limitado a 100 (cem), observando-se a disponibilidade orçamentária e a necessidade da rede municipal de ensino, devidamente justificada pelo número de estudantes atendidos.

Art. 7º - O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre o Município de Rosário do Sul/RS, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, e o auxiliar selecionado, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 8º - Os critérios de seleção, as atribuições dos auxiliares voluntários e demais disposições relacionadas ao Programa objeto da presente Lei, deverão ser definidos em regulamentação por Decreto Municipal, a ser expedido pelo Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de entrada em vigor da presente Lei.

Art. 9º - O auxiliar voluntário deverá se submeter a curso de formação de prestação de assistência aos estudantes com deficiência ou identificados com Transtorno do Espectro Autista – TEA, a ser disponibilizado pelo Município de Rosário do Sul/RS.

Art. 10 - As despesas resultantes da implementação da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e/ou existentes, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessárias, inclusive nos orçamentos futuros.

Art. 11 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL**

GABINETE DO PREFEITO DE ROSÁRIO DO SUL, em 20 de janeiro de 2025.

**MARCOS PAULO SILVA DA LUZ
PREFEITO MUNICIPAL**

Registre-se e Publique-se.

**Nelson Rocha Rodrigues Junior
Secretário de Administração e Recursos Humanos**